

AgInt no HABEAS CORPUS Nº 486.764 - DF (2018/0346221-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : RODRIGO SOUZA SILVA (PRESO)
AGRAVANTE : RICARDO DE SOUZA VALOTTO (PRESO)
ADVOGADO : CLAUDIA ANTONIA CORREA - DF025768
AGRAVADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por RODRIGO SOUZA SILVA e RICARDO DE SOUZA VALOTTO contra decisão monocrática desta relatoria que indeferiu o pedido de liminar no presente *habeas corpus*, nos seguintes termos:

"Conforme a orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, é inadequada a impetração de habeas corpus em substituição a recurso constitucional próprio, ressaltando-se casos de flagrante ilegalidade em que seja recomendável conceder, de ofício, a ordem (HC n. 472.649/RS, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 26/10/2018; AgRg no HC n. 436.958/PR, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe de 27/3/2018; HC n. 467.738/RJ, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 26/10/2018). No entanto, tal entendimento não se aplica à hipótese.

Ademais, a decisão impugnada é de 2017 (fls. 11-14), o que retira o caráter emergencial próprio dos casos submetidos ao relator plantonista, nos termos do 4º da Instrução Normativa STJ n. 6 de 26/10/2012.

Por oportuno, o Superior Tribunal de Justiça entende que a alegação do excesso de prazo fica superada com o encerramento da instrução processual, nos termos da Súmula n. 52. Nesse sentido, confira-se o seguinte julgado:

PROCESSUAL PENAL E PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO PARA ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO. SUPERADO. SÚMULA N. 52/STJ. NULIDADE. AUDIÊNCIA REALIZADA SEM A PRESENÇA DOS RÉUS. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. DEFESA PRESENTE NO ATO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. PEDIDO DE EXTENSÃO. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Havendo o encerramento da instrução processual, a alegação de excesso de prazo encontra-se superada, nos termos da súmula n. 52/STJ.

2. Não há nulidade quando o réu não está presente em audiência, contudo a defesa técnica participou ativamente do ato processual, não se opondo à realização dele.

3. Apresentada fundamentação idônea para a decretação da prisão preventiva, consubstanciada na referência à organização criminosa especializada em roubo de caixas eletrônicos, com utilização de farto armamento, explosivos, carros para fuga e apoio, sendo ressaltadas as circunstâncias concretas do caso, haja vista o emprego de violência e grave ameaça a uma pluralidade de vítimas, diante do arrobamento dos terminais eletrônicos situados no aeroporto, buscando a vantagem de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), bem como, a reiteração dos fatos devido a forma como a organização opera, com planejamento e estudo dos locais, não há que se falar em ilegalidade do decreto de prisão preventiva.

4. O corréu foi citado por edital, sendo decretada a suspensão do processo e do prazo prescricional, com a conseqüente expedição de mandado de prisão em desfavor dele, determinando-se o desmembramento do processo, não havendo, portanto, identidade fático-processual entre ele e os pacientes.

5. Agravo regimental improvido. (AgRg no RHC n. 88.902/MG, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 3/12/2018.)

Do voto condutor do acórdão recorrido consta o seguinte (fl. 13):

Não se verifica excesso de prazo ilegal, a ensejar o relaxamento da prisão. Com efeito, em que pese os pacientes estarem presos há dois anos, a instrução encontra-se encerrada, e nos termos da Súmula n. 52/STJ, encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.

Ademais, a constrição preventiva questionada tem amparo em diversos precedentes do STJ em que se reconheceu ser legítima a medida quando demonstrada a necessidade de interrupção das atividades de organização criminosa, sobretudo para assegurar a ordem pública. Conforme a orientação do STF, 'a necessidade de se interromper ou

diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva' (HC n. 95.024/SP, relatora Ministra Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe de 20/2/2009).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar" (e-STJ fls. 163-165).

No presente recurso, os recorrentes sustentam, inicialmente, a possibilidade de impetração de *habeas corpus* no caso em exame, destacando que a ação "*é o instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder*" (e-STJ fl. 250).

Por outro lado, alegam que o feito estaria "*cravado de nulidades, provavelmente será anulado pelas instâncias superiores caso a ação penal seja julgada procedente*" (e-STJ fl. 255).

Outrossim, limitando-se a repisar os argumentos apresentados na peça inaugural, sustentam o excesso de prazo para a ultimação da ação penal deflagrada em seu desfavor na origem, presos desde 2/10/2015.

Diante disso, requer a reconsideração da decisão agravada de forma a sanar o constrangimento ilegal ao qual estariam inseridos.

É o relatório.

O pedido não merece conhecimento.

Isso porque, a jurisprudência pacífica deste Sodalício é no sentido de que não cabe agravo regimental contra decisão de relator que, fundamentadamente, indefere pretensão liminar.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE LIMINAR. DECISÃO FUNDAMENTADA. RECURSO INCABÍVEL. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. Uníssono o entendimento desta Corte Superior de que não é passível de agravo regimental a decisão do relator que indefere de forma fundamentada o pedido de liminar. Precedentes.

2. O pedido de liminar restou indeferido por implicar em análise aprofundada do mérito, providência inviável em juízo perfunctório de delibação não exauriente, não havendo sido demonstrada, de plano, a presença do fumus boni iuris e do periculum in mora aptos a justificar a tutela de urgência.

Agravo regimental não conhecido.

(AgRg no HC 388.648/MT, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 14/08/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. NÃO CABIMENTO. SOBRESTAMENTO DO FEITO NA ORIGEM. ANÁLISE DA PRESCRIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Segundo entendimento consolidado neste Superior Tribunal, não

cabe agravo regimental contra decisão que, fundamentadamente, defere ou indefere pedido de liminar formulado em habeas corpus.

2. A decisão ora recorrida apontou elementos concretos dos autos que, em um juízo de cognição sumária, evidenciam a impossibilidade de concessão da medida de urgência, haja vista que o Tribunal a quo afastou, fundamentadamente, a ocorrência da prescrição no caso.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 351.839/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 07/04/2016, DJe 20/04/2016)

E na hipótese dos autos, consoante relatado, o pleito sumário foi indeferido, porquanto é legítima *"a medida quando demonstrada a necessidade de interrupção das atividades de organização criminosa, sobretudo para assegurar a ordem pública"* (e-STJ fl. 165). Logo não restou demonstrada, *ab initio*, na presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora* necessários à concessão da tutela de urgência.

Ante o exposto, **não se conhece do recurso por ser manifestamente incabível.**

Publique-se. Intimem-se.

Após, solicitem-se, ao Juízo de origem, informações acerca da situação prisional dos ora pacientes, dando-se vista dos autos ao Ministério Público Federal na sequência.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator